

RESPOSTA A SIDNEY CHALHOUB E À SUA RESENHA “OS CONSERVADORES NO BRASIL IMPÉRIO”

Jeffrey D. Needell, *The Party of Order: the Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*, Stanford, Stanford University Press, 2006, 460 pp.

No número 35 de *Afro-Ásia*, meu livro, *The Party of Order*, recebeu uma resenha de Sidney Chalhou. Escrevo resenhas e, muitas vezes, já fui severo; aceito a idéia de que outros também possam ser assim comigo. Quando feita de uma maneira informada e construtiva, a crítica pode ser útil ao autor e ao leitor também. Mas há pouco de útil nesta resenha – é mais uma distorção do livro e um ataque pessoal ao autor. Hesitei em responder; o próprio livro faz melhor a sua defesa. Mas, como o livro não pode ser acessível a muitos leitores brasileiros por algum tempo ainda, aceitei a oferta gentil de *Afro-Ásia* para escrever uma réplica.

Percebo nove itens na denúncia de Chalhou. Primeiro, que não dou o contexto social da história política. Em vez disto, sou acusado de fazer só a história familiar dos chefes conservadores no primeiro capítulo, de descartar a importância de ação su-

balterna, e de depender completamente das fontes historiográficas secundárias. De fato, no primeiro capítulo faço um estudo geral da história socioeconômica fluminense na época c.1750-1831. Também misturo este tipo de história socioeconômica, muitas vezes, nas análises políticas dos capítulos seguintes; sempre tento contextualizar assim a história política no livro. As histórias de família, no capítulo primeiro, mostram os vínculos entre a elite de comerciantes/fazendeiros e os chefes conservadores, seguindo os modelos de João Fragoso e Manolo Florentino. Tampouco a ação subalterna é descartada no livro, nem depende completamente dos trabalhos de outros. Escrevo sobre sua importância muitas vezes, especialmente na análise das décadas de 1830 e 1840. Trabalho com a historiografia secundária sobre as revoltas da época, obras brasileiras em boa parte, mas também realizei pesquisa,

focalizando a violência urbana do período e a relação entre a política formal e a violência popular.

A segunda acusação é que “purgo” a historiografia, tratando outros historiadores como “pecadores”. O meu livro é uma obra de síntese e revisão; assim, a crítica da historiografia é inevitável. Escrevo sobre assuntos e épocas complicados, nos quais outros têm trabalhado; meus colegas vão querer saber onde não concordo com os pioneiros e por quê. Nesta análise historiográfica, quando entendi que uma obra era problemática, expliquei por que, analisando a evidência e a interpretação. Os adjetivos foram usados para descrever a obra, não o autor – a sugestão de Chalhoub de que descarto um autor como “forte parvo” ou outro como “fortíssimo asno” é infâmia enganosa. Eu não confundo a capacidade geral de um colega com um erro ocasional dele. De fato, o leitor verá que cito as proezas dos mesmos colegas que, outras vezes, tenho que criticar.

A terceira acusação é que a minha explicação das origens do partido conservador falha cronologicamente e que é feita para diminuir o impacto das revoltas de 1835, em favor de uma insistência pretensa de que as “filigranas políticas” têm uma autonomia com respeito ao processo social e a uma multicausalidade histórica. De fato, o que Chalhoub descreve como um processo cronológico

sequencial em três estágios seria mais bem descrito como três processos inter-relacionados, acontecendo entre 1834 e 1837. Ainda mais, depois de descrever estes processos, dou ênfase ao amplo contexto social no qual eles se desenvolveram, incluindo as revoltas de 1835 (pp. 59-63). Em *The Party of Order*, a história política não tem autonomia, nem assumida, nem adiantada, e o contexto social mais amplo e a multicausalidade estão claramente integrados na análise – como devem.

A quarta acusação é que descarto a febre amarela como um dos fatores principais na decisão para acabar com o tráfico de escravos com a África. É verdade; descarto, sim. Chalhoub articulou um argumento mais forte sobre este fator em duas obras, e eu tive que fazer crítica à sua posição (e à posição semelhante de outros), quando tentei entender o fim do tráfico em uma análise que fiz em 2001.¹ Esta análise, que não recebeu nenhuma resposta, formal ou informal, que eu saiba, é essencialmente a mesma que está presente no meu livro novo. Só agora é que Chalhoub responde, porém sem enfrentar a crítica antiga diretamente. Ele não demonstra como a febre amarela figurou nas delibera-

¹ Jeffrey D. Needell, “Abolition of the Brazilian Slave Trade in 1850: Historiography, Slave Agency, and Statesmanship,” *Journal of Latin American Studies*, vol. 33, n° 4 (2001), pp. 689-711.

ções ou nos debates dos estadistas que tomaram a decisão de acabar com o tráfico.

O que faz, em vez disto, é tentar demolir algumas das minhas explicações alternativas. Chalhoub escreve que eu presumo que simplesmente por causa da pressão inglesa e do compromisso público de Eusébio de Queirós, em janeiro de 1850, outros fatores, como a febre amarela ou “as repercussões de recentes revoltas escravas”, não foram relevantes. Depois, adiciona que eu tenho uma estratégia de subestimar a gravidade da epidemia, e ele tenta mostrar que a preocupação com a febre esteve acima das posições partidárias. Escreve também que eu não noto o fato de que uma conexão explícita entre a epidemia e o tráfico já era conhecida na época. Chalhoub diz que, com tudo isto, há evidência demais para aceitar que a febre amarela não foi um fator que contribuiu para a decisão: a febre “deve ter ajudado a fazer emergir o tipo de firmeza política necessária para ir adiante [...]”. E conclui, dizendo que perdi a oportunidade de integrar a pressão inglesa, o poder dos saquaremas no gabinete, a epidemia, e a insegurança nascida por revoltas escravas, numa explicação do fim do tráfico. O leitor verá que há muita coisa aqui; de fato, das dez páginas da resenha, duas e meia têm a ver com a defesa feita por Chalhoub da febre amarela. No final, o outro foco da

resenha – o assunto de revoltas escravas e a decisão de 1850 de interpor o tráfico atlântico – ocupa quase quatro páginas (escrevo sobre este tema separadamente, para conformá-lo com a organização de Chalhoub).

Considero os pontos principais na ordem do resenhista. Em relação à acusação de que eu tenho uma posição *a priori* sobre as causas do fim do tráfico e sobre a febre amarela, Chalhoub se engana a respeito do meu método (que explico ao leitor nas pp. 142-55). Começo com as novas análises de Chalhoub e de outros sobre as revoltas escravas e a febre amarela; descrevo e analiso as evidências usadas em apoio delas com muito cuidado e detalhe e, somente depois disto, concluo que estes fatores não tiveram relevância na decisão de pôr fim ao tráfico. Com respeito ao meu pretense interesse em subestimar o impacto da febre amarela, de fato, descrevo o choque e o horror da epidemia e acabo aceitando que é compreensível que os novos historiadores tenham achado que a febre teve alguma coisa a ver com a legislação que acabou com o tráfico. No entanto, o que precisa ser demonstrado, com evidência, é que a febre foi um fator crucial na decisão e provas disto simplesmente não existem. Este é o ponto principal: a coincidência entre a data da febre e a data da decisão não constitui evidência de

que uma coisa causou a outra. Devo dizer, também, que a maior parte dos meus dados sobre a febre e seus horrores (incluindo o número dos mortos, número que Chalhoub critica) vêm de Chalhoub mesmo. O ponto a respeito da falta de posição partidária sobre a febre não tem nada a ver com meu argumento. O que eu critiquei foi a idéia de que alguns discursos, feitos por deputados da oposição sobre a febre, tivessem algum impacto sobre a posição tomada pelo gabinete a respeito do tráfico. Primeiro, porque o gabinete já tomara sua posição publicamente antes e, segundo, porque a idéia nega a realidade política da época, presumindo que um gabinete com maioria segura na Câmara prestaria atenção a estes discursos da oposição. Também, devo indicar que este ponto de Chalhoub presume que a legislação sobre o tráfico teve alguma coisa a ver com a febre – exatamente o ponto em dúvida. Com respeito à acusação de que eu não noto a ligação feita na época entre o tráfico e a epidemia, isto não é verdade, como não é verdade que eu subestime o impacto da febre: escrevo explicitamente sobre os dois (p. 150). Nos dois casos, até faço referência a Chalhoub. O ponto final de Chalhoub, de que há coisa demais aqui para negar o fator da febre na decisão, simplesmente repete a conclusão especulativa do trabalho dele e de outros. Quero dizer, a presunção

de causalidade é baseada somente em uma conjuntura circunstancial entre uma epidemia ligada ao tráfico e uma lei que acabou com este tráfico. Não há dúvida de que a febre foi horrível e que a idéia de que ela veio com um navio negreiro era conhecida. Mas, aqui, como no trabalho publicado, Chalhoub não mostra, com evidência das fontes mais óbvias (correspondência particular dos estadistas, discursos parlamentares, o jornal do partido, as atas secretas do Conselho de Estado – todos acessíveis e que estudei com cuidado), que a febre teve, de fato, qualquer peso nas decisões tomadas pelos estadistas que participaram das deliberações decisivas. Com respeito à minha pretensa falha ao não integrar todas as causas em minha explicação do fim do tráfico, é isto mesmo que tentei fazer (pp. 151-55). Mostro que o perigo de um bloqueio inglês e o de uma guerra com a Inglaterra (os dois, devo dizer, mal integrados nas explicações publicadas do mesmo Chalhoub) eram uma ameaça de intervenção inglesa que começou em 1849 e que durou até setembro de 1850. Mostro como esta ameaça se combinava com a capacidade do gabinete saquarema, o apoio do monarca e as relações fortes com os elementos-chave da elite socioeconômica, no contexto da iminência de uma guerra com a Argentina. Tudo isto ajuda a entender por que a política de acabar com o tráfico foi

inicialmente promovida, depois sus-
tada e, finalmente, foi feita lei. Neste
contexto, a febre amarela não foi ne-
cessária e, repetindo, não há evidên-
cia de que, de fato, fosse um fator na
decisão.

A quinta acusação é que acho a resis-
tência escrava em geral, e as revoltas
escravas em particular (a revolta de
1835 e “as do final dos anos 1840,
ou quaisquer outras”), sem relevân-
cia para o processo histórico e que
faço isto porque ignoro uma vasta
bibliografia brasileira. Todavia, se-
gundo Chalhoub, a minha explicação
básica para esta pretensa irrelevância
seria a falta de uma comunidade es-
crava organizada e consciente de si.
Ele também diz que descrevo a re-
volta em Vassouras, em 1838, como
“irrelevante” porque, entre outras ra-
zões, menos de 300 escravos se re-
voltaram, numa região em que o dono
tinha 500.

Seria generoso demais dizer que tudo
isto é meramente um engano. Na par-
te do livro atacada, escrevo, como
bem nota Chalhoub na resenha, que
a bibliografia sobre estes assuntos é
extensa demais para citar. Mesmo
assim, menciono, entre colegas ame-
ricanos e britânicos, os brasileiros
João José Reis, Murilo de Carvalho,
Manolo Florentino, Eduardo Silva,
Flávio dos Santos Gomes, o próprio
Chalhoub, Marcus Carvalho e Emilia
Viotti da Costa (cabe notar que, nas
quinze páginas da bibliografia de

Party of Order, três são de fontes pri-
márias e doze, de bibliografia secun-
dária, a maior parte, brasileira). Vale
notar, também, que as citações feitas
por Chalhoub do meu livro são par-
ciais, cortadas para convirem à acu-
sação dele. O leitor pode julgar por
si mesmo (as palavras em letra itálica
foram omitidas por Chalhoub):

*Há evidência também de que alguns
poucos fazendeiros temiam um le-
vante coordenado na maneira haiti-
ana na década de 1840. A evidência
deste levante, no entanto, é muito
problemática. Consiste em boatos e
mensagens da polícia para investi-
gar estes boatos. Até hoje, não há
evidência clara para mostrar que
qualquer coisa fosse descoberta nes-
tas investigações. Ao todo, então,
menos de vinte complôs de levante
ou boatos de complô entre escravos
fluminenses têm sido encontrados.
Nenhum terminou em qualquer coi-
sa – mostram, em vez disso, as ra-
zões por que os cativos escolheram
outras maneiras para resistir à bru-
talidade da sua opressão. Como o
levante de 1838 mostrou, os cativos
que tentaram a resistência violenta
enfrentaram os senhores locais, ho-
mens muitas vezes capazes de ma-
nipular a violência medida do regi-
me [da escravidão brasileira]; tam-
bém enfrentaram a organizada
Guarda Nacional da província, e
uma população rural dependente e
hostil a estes levantes. Finalmente,
também enfrentaram dificuldades
para se organizar, devido a suas ori-*

gens étnicas distintas, à divisão básica entre os crioulos e os africanos, e à falta de preparação para a luta armada. Não havia, afinal, uma comunidade escrava, no sentido de uma classe ou grupo organizado com autoconsciência e percepção de um sofrimento comum decorrente de sua raça ou condição. Em vez disso, havia uma multidão de pessoas oprimidas de ascendência africana variada, dividida por divergências importantes em status, oportunidades, origens, e experiência, uma multidão explorada por uma variedade de camadas sociais que, ao contrário, tinham um interesse comum na opressão daquela e um potencial muito evidente para a violência. No levante de 1838, em Vassouras, é instrutivo notar, primeiro, que Lacerda Werneck [o oficial da Guarda Nacional que fez o relatório da repressão] tratou-a como resultado frustrante da má administração incomum de um senhor de escravos; segundo, que menos do que 300 escravos se insurgiram, em uma zona em que o senhor deles tinha 500 e os senhores da vizinhança mais de 1.200; e, terceiro, que as autoridades locais e provinciais fizeram pouco caso do incidente. Eles compreenderam o que estava em perigo, sabiam o que fazer, e o fizeram (p. 145).

Como se vê, não descarto a resistência escrava nem a revolta escrava; em vez disto, analiso as duas e tento explicar por que, enfrentando uma repressão violenta e muito eficiente, os

escravos em geral escolheram a resistência não-violenta. A relevância da revolta escrava, em Vassouras, mostra isto mesmo. Ali, em um grupo de escravos muito maior, só uma minoria decidiu revoltar-se, e decidiui fazê-lo por razões incomuns; também, o incidente foi percebido deste modo pela elite, quer dizer, como uma casualidade inesperada. Assim, a revolta foi reprimida com eficiência e sem preocupação persistente. Enfim, o seu resultado mostra também por que, em geral, os escravos escolheram fugir, em vez de se revoltar. Fizera isto porque era a opção mais inteligente e bem-sucedida nas suas circunstâncias.

Chalhoub continua: “A principal dificuldade de Needell é entender como combinar uma historiografia que enfatiza a resistência escrava e os receios que ela provocava com o fato de os proprietários de escravos [...] continuarem a importar milhares e milhares de africanos [...] A pergunta é óbvia e merece ponderação, mas Needell a faz por pura retórica. A sua resposta é de que governantes e proprietários jamais experimentaram insegurança ou medo algum em relação às ações escravas”. A contradição entre o medo e a insegurança persistentes gerada pelos escravos e a importação de milhares deles é, certamente, uma dificuldade, mas não para mim, pois eu mesmo já ressaltai esta contradição “óbvia” em 2001.

Que pena que Chalhoub não tenha respondido a esta pergunta “óbvia” nos seus trabalhos anteriores a 2001, ou depois que eu indiquei o problema. Em vez disso, ele e outros declararam (e Chalhoub ainda não escreveu outra coisa) que as revoltas de 1835 e 1838 e os complôs alegados de 1840 foram fatores muito significativos na decisão de acabar com o tráfico em 1850. Eles nem mencionaram a “óbvia” contradição. Eu a mencionei, sim, depois de enfrentar o argumento deles sobre o medo geral e persistente. Respondi a este argumento em 2001, como respondo no livro em questão. Examinei as evidências que Chalhoub e os outros desenvolveram, item por item, e mostrei que a teoria do “medo de revolta escrava” como um fator principal na decisão de acabar com o tráfico não tem suficiente apoio para ser aceita. Ao concluir a minha análise dos supostos medos e inseguranças que sucederam à revolta de 1835, por exemplo, escrevo que “até hoje, as pesquisas não só não apresentam provas de tais complôs, mas também não chegam a mostrar o medo persistente e geral de tais levantes no período subsequente a 1835, quando as preocupações imediatas da revolta foram acalmadas” (p. 148). Como no caso da febre amarela, Chalhoub não oferece qualquer evidência nova. Ele só afirma a existência da bibliografia da resistência e das revoltas e escreve

sobre o significado das duas; mas não oferece evidência do impacto direto delas na decisão de abolir o tráfico atlântico. Repetir não é comprovar. Como não acho certos os argumentos e as evidências para o medo geral e persistente que Chalhoub e os outros adiantam, não há contradição entre a importação de milhares de escravos depois das revoltas e o tal medo – acho que este medo não existia. O problema que enfrentei foi como explicar por que não havia tal medo, e faço isto através da análise da natureza da escravidão, da resistência escrava e da repressão escrava no Brasil. Com respeito à repressão, estabeleço um vínculo com a ascensão dos saquaremas: “De fato, o significado político do crescimento da violência dos cativos em Salvador e o número crescente de escravos em cativoiro provavelmente aumentaram o atrativo do Regresso da década de 1830. A evidência demonstra claramente que os senhores de escravos e os comerciantes quiseram manter o tráfico africano; mas eles obviamente teriam preferido fazer isso de um modo estável e seguro” (p. 148). “Pode-se indicar também que a atração política de alguns regressistas provavelmente aumentou pelo seu envolvimento nos acontecimentos violentos e os boatos de violência registrados. Sem dúvida, sua eficiente repressão da violência escrava, ou sua resposta acorde ao boato da mes-

ma, aumentaram sua reputação e credibilidade políticas” (p. 149). Depois, indico exemplos de saquaremas que ganharam com esta repressão: Gonçalves Martins, ao reprimir a revolta dos malês e a Sabinada; Rodrigues Torres, ao investigar os boatos de complôs pós-malês entre os fluminenses; Lacerda Werneck e Paulino José Soares de Sousa, ao fiscalizarem a repressão de 1838, em Vassouras, e Eusébio de Queirós, ao investigar e eliminar boatos no Rio, nas décadas de 1830 e 1840 (ibid.). Tudo isto demonstra como são enganosas as acusações de Chalhoub quando sustenta que tento, por exemplo, *negar* a importância das revoltas para fortificar a minha interpretação de 1850 e 1871, ou que tento argumentar que são só os conflitos e as alianças da elite política, e as complexidades parlamentares, as que explicam “esses processos históricos em sua totalidade, sem necessidade de atenção aos modos diversos de atuação escrava ou quaisquer outros fatores”. Muito pelo contrário. A escravidão, na sua realidade e na percepção dela, é central para entender a história do partido que eu estudo, e mostro isto continuamente. A sexta acusação é um pouco confusa e implícita, mas parece querer dizer que tenho preconceito em favor dos saquaremas, especialmente de Eusébio de Queirós. Chalhoub começa por pregar sobre a repressão cruel de Eusébio, dizendo que eu podia ter

aprendido muita coisa ruim sobre este chefe, se eu tivesse lido os relatórios policiais dele da década de 1830. Estes relatórios mostram como Eusébio foi muito cruel, desapiadado, cuidadoso e competente em reprimir os escravos e os africanos em geral. É verdade que não estudei estes relatórios. Como o mesmo Chalhoub comenta, não pude demorar neste assunto, por causa das preocupações principais do meu livro. Mas, num sentido geral, sobre o papel policial de Eusébio e sobre o impacto deste papel, acho que não teria aprendido mais do que já compreendo e do que comuniquei ao meu leitor. Escrevo no livro que foi exatamente *por causa* deste papel que Eusébio ganhou muita da sua credibilidade entre os da elite, que se juntaram, mais tarde, para formar o Partido de Ordem (i.e., veja a citação da p. 149, acima). Também há aspectos lógicos a serem considerados. Seria possível que um chefe de polícia, nessa sociedade escrava, tivesse ficado tanto tempo no poder se ele *não* fosse muito cruel, desapiadado, cuidadoso, e competente em reprimir escravos e africanos em geral? Não é óbvio que foi em parte *porque* Eusébio era assim que ele pôde ser aceito entre os líderes do Partido da Ordem? Afinal, o historiador e o leitor têm que entender que Eusébio de Queirós foi respeitado *por causa* de seu papel central em manter a ordem cruel da sua sociedade. No primeiro capítulo

do livro, que Chalhoub trata com tanto desdém, indico cuidadosamente o parentesco próximo de Eusébio com negreiros e senhores de escravos. Não tenho ilusões bonitinhas sobre o homem, e não tento impô-las ao leitor. Apesar disto, Chalhoub não cansa; volta ao tema, critica o meu uso de adjetivos positivos para com Eusébio e com outros saquaremas e reclama das minhas avaliações detalhadas dos estadistas saquaremas da época: “em tais momentos o texto dele regurgita adjetivos”. A sugestão de que estas avaliações positivas refletem minha perspectiva não é muito sutil: “outras vezes, como no exemplo de Eusébio, as aspas estão ausentes, ficando a impressão de ele os ter escolhido por mote próprio”.

Cartas sobre a mesa: *The Party of Order* é história política. Em história política, os estadistas têm importância e, para entender os seus papéis, suas histórias, suas capacidades e proezas políticas (reais ou percebidas) têm que ser comunicadas ao leitor. Faço tudo isto, sim. Dizer que regressista, senhor de escravo e policial são cruéis e maus é fácil, mas não explica muito. A tentativa de compreender o modo por que tais homens foram percebidos *na época* por seus semelhantes é básico para este tipo de trabalho. Tampouco faz sentido presumir que, uma vez que um estadista era reacionário e tinha um passado de repressão cruel e racista, ele não ti-

nha, também, capacidade, inteligência, coragem, etc. Até a oposição política dos saquaremas entendeu isto – acredito que o historiador e o leitor, também. Não é preciso gostar do homem – é, sim, preciso compreendê-lo. Chalhoub gosta de citar Machado de Assis, talvez o leitor me permita que faça o mesmo: “Uma só vez ouvi falar a Eusébio de Queirós, e a impressão que me deixou foi viva; era fluente, abundante, claro, sem prejuízo do vigor e da energia [...] Eusébio de Queirós era justamente respeitado dos seus e dos contrários”.² Aprende-se tanto nas memórias de Machado como nos romances dele. No meio desta parte da resenha, Chalhoub, de repente, faz a sétima reclamação. Escreve que, ao analisar a atuação escrava, eu deveria tentar uma abordagem mais nuançada e específica, e sugere que deveria aproveitar o trabalho já realizado por outros, em vez de descartá-lo, por considerá-lo evidência indireta, especulativa, ou pouca. De fato, escrevi muito sobre a escravidão, exatamente fazendo sínteses de trabalhos deste tipo. Cabe também notar que foi precisamente para desemaranhar as generalizações sobre o medo e o pânico persistentes ante a possibilidade

² Machado de Assis, “O velho Senado,” (em *Páginas Recolhidas*), in idem, *Obra completa*, Rio de Janeiro, Aguiar, [1899] 1959, vol. 2, pp. 616-17.

de revoltas, entre 1835 e 1850, que fiz uma análise cuidadosa, nuançada e específica dos argumentos e das evidências aqui em debate. Chalhoub conclui esta pregação com sua oitava crítica que, desta vez, é do meu entendimento profissional. Escreve o óbvio: o tipo de evidência que temos para escrever a história escrava é, muitas vezes, diferente do tipo que temos para escrever sobre a elite política. Eu fui treinado em história social na década de 1970, como Chalhoub; aprendi como se escreve sobre a atuação e os interesses das pessoas que não podem deixar evidência escrita por eles mesmos. É pesquisa difícil, claro, mas pode ser feita e escrita de maneira persuasiva, através da lógica, da evidência direta e indireta e da especulação lógica que cabe dentro de um contexto conhecido. Sei deste tipo de pesquisa porque o fiz.³ A minha crítica da análise de Chalhoub e de outros tem a ver com a qualidade da evidência indireta, a sua interpretação e a falta de evidência direta de fontes óbvias e acessíveis. Um argumento de atuação subalterna implica impacto sobre a elite, impacto causando uma resposta dela. Preci-

³ Jeffrey D. Needell, "The *Revolta Contra Vacina* of 1904: The Revolt Against 'Modernization' in *Belle-Epoque* Rio de Janeiro", *Hispanic American Historical Review*, vol. 67, n° 2 (1987), pp. 233-70; (artigo reeditado como capítulo de antologias publicadas no México e nos Estados Unidos em 1996 e 2003).

sa de evidência da atuação, evidência do impacto e evidência da resposta. Na crítica que faço, mostro que a evidência para mostrar um medo geral e persistente é insuficiente, que a evidência do impacto é limitada e duvidosa e que a evidência da resposta (aqui, a evidência direta de que os estadistas responderam *ao medo persistente de revolta escrava*, fazendo as leis que acabaram com o tráfico), simplesmente não existe. No entanto, existe evidência forte e direta para uma explicação alternativa sobre a atuação dos estadistas, sim. Não é uma questão de evidência diferente para uma classe diferente; é uma questão de usar toda a evidência disponível de uma maneira razoável.

Chalhoub chega à nona acusação no fim da resenha; ela tem a ver com a minha evidência e o significado do debate de 1871 sobre a Lei de Ventre Livre. Sugere que o que eu vejo como um debate sobre governo representativo e constitucional é, na realidade, um debate sobre o papel constitucional do imperador. Ele afasta a idéia de que o projeto abolicionista de 1871 era um elemento dependente em questões constitucionais mais amplas, levantadas pelos dissidentes do partido conservador. O tom, infelizmente, é típico da resenha toda: "Realmente, isto é levar longe demais o amor à própria escultura. Todavia, aparece como desfecho lógico de um livro caracterizado sempre pelo procedimento de in-

flar a própria perspectiva até o ponto de eliminar todas as outras”.

Aqui, sinto mais fortemente o dano feito à idéia básica de uma resenha. No mínimo, até se o resenhista é incapaz de dominar sua antipatia pessoal, o leitor deve esperar alguma noção do assunto principal do livro. *The Party of Order* trata do debate de 1871 como a culminação de um processo histórico de quatro décadas, analisado com um texto de mais de 300 páginas, com mais de 90 notas de rodapé. É uma análise que me preparou e que eu uso para preparar o leitor, para compreender o debate de 1871 em contexto histórico. Sei que não posso esperar que cada leitor vá concordar com cada argumento que faço; mas os leitores que seguirem com cuidado a análise dos seis primeiros capítulos estarão mais preparados do que Chalhoub estava para compreender o argumento feito no último capítulo. Ao ler esta resenha, em que dois terços do conteúdo

enfocam quase completamente *uma seção de um capítulo*, parece que Chalhoub nem leu os outros. O assunto principal do livro não é a abolição do tráfico em 1850; isto foi abordado *en passant*, como parte de uma análise mais ampla sobre a atuação capaz e conflituada dos gabinetes decisivos entre 1848 e 1853. O livro trata, antes, da natureza da monarquia e do partido que a dominou; da relação entre o estado e a sociedade; do papel histórico do partido conservador e sua ideologia na salvação e na redefinição da monarquia; do impacto da autonomia crescente do imperador, das razões da violência e da patronagem crescentes e seus lugares neste processo, da corrupção e da perda de legitimidade do parlamento. O livro trata da maneira pela qual as relações essenciais entre sociedade, estado e partido se ligavam com a escravidão e eram provados por ela. Que o leitor leia o livro, e decida – confio no juízo dele.

Jeffrey D. Needell
Professor Titular de História,
Universidade de Flórida